Anomalia dos bancos centrais independentes

A independência dos bancos centrais representa uma afronta clara à população, uma vez que concede a funcionários não eleitos uma autoridade colossal sobre a vida econômica do país. Em nenhum outro segmento do governo aceitamos que figuras sem legitimidade eleitoral possuam tamanha influência. Esses gestores monetários, reunidos em segredo, estabelecem as taxas de juros, controlam a quantidade de moeda em circulação e, na prática, moldam o futuro do trabalho, da moradia e das oscilações econômicas, tudo isso sem receber um único voto da população. Essa barreira tecnocrática contra a responsabilização reduz toda formulação de política econômica a uma simples encenação. Afinal, qual o propósito de escolhermos presidentes e legisladores se suas decisões econômicas podem ser anuladas discretamente por um grupo de especialistas?

A pretensa "ciência" de fixar taxas de juros parece mais uma leitura de horóscopo do que um estudo econômico sólido. Os responsáveis pelos bancos centrais passam horas discutindo se devem ajustar os juros em 0,25% ou 0,5%, como se manejassem uma máquina de exatidão milimétrica. No entanto, seus sistemas estão comprometidos. Eles subestimaram a inflação em 2021, exageraram nas correções em 2022 e ainda hoje tentam, sem sucesso, determinar o que seria uma "taxa equilibrada", algo que ninguém consegue precisar. Suas análises dependem de informações ultrapassadas, modelos DSGE defeituosos e suposições quase místicas.

A matematização da economia, criou uma aura mística em torno de gráficos, números e análises abstratas, que estão diretamente ligadas a elementos reais, físicos e concretos.

Também é preciso pontuar que a prática de emitir dinheiro na canetada constitui uma ofensa ética que enfraquece a economia. O chamado afrouxamento quantitativo nada mais é do que um termo elegante para encobrir uma manipulação autorizada. Ao "injetar recursos", os bancos centrais corroem o valor do dinheiro que as pessoas possuem, favorecendo os apostadores do mercado financeiro, enquanto castigam os trabalhadores e os aposentados.

Não há base ética que sustente a decisão de um grupo seleto e não eleito sobre quem se beneficia dessa moeda recém-produzida, sobretudo quando ela é direcionada primeiramente às grandes instituições bancárias, alimentando bolhas especulativas e ampliando as desigualdades. A moeda recém emitida não é direcionada para investimento na cadeia produtiva, ou na geração de empregos, é silenciosamente direcionada para gerar mais e mais especulação.

A inflação vai além de um índice numérico – funciona como um tributo oculto, um golpe contra quem economiza com honestidade e gera confusão nos sinais que orientam a economia.

- A independência dos bancos centrais é criticável por conceder poder econômico a gestores não eleitos, que controlam juros e moeda sem legitimidade democrática.
- A emissão de moeda e o aumento de juros geram desigualdades, corroem o valor do dinheiro, favorecem especuladores e falham em resolver inflação causada por questões estruturais, exigindo uma abordagem integrada.
- De quem o banco central se tornará independente? Por que uma instituição pública deveria pleitear tal independência?

Tarifas e juros não podem ser tratados como instrumentos equivalentes. Donald Trump enxerga uma realidade econômica que escapa aos banqueiros centrais: nem todo aumento de preços resulta de uma "demanda excessiva". Quando os custos sobem devido a problemas estruturais, como falhas nas cadeias de abastecimento, tensões geopolíticas ou imposição de tarifas, elevar os juros não resolve a inflação. Pelo contrário, essa medida pode piorar o cenário ao encarecer o acesso ao capital, desencorajar novos investimentos e sufocar ainda mais a produção. Nessas situações, o aumento dos juros é uma solução desajeitada e contraproducente, incapaz de conter a inflação e, em vez disso, intensificando-a.

Chegou o momento de abandonar a ilusão de que os bancos centrais têm ou deveriam ter autonomia. Aliás, devemos perguntar: autonomia de quem? Será que é papel dos bancos centrais tomar medidas impopulares o suficiente para precisarem de intervenção política? A condução da política monetária é crucial demais para permanecer sob o comando de economistas que erram repetidamente. E, ainda assim, mantêm seus cargos, livres de qualquer escrutínio público ou dever ético. A abordagem tarifária de Trump desmascara o erro do pensamento vigente: quando a inflação é alimentada por questões políticas ou globais, o rigor monetário não oferece saída. É necessário um comando econômico integrado, sem tecnocratas protegidos pela falsa ideia de "independência".